

## PERFIL DO TRABALHADOR DESEMPREGADO E OS IMPACTOS SOCIAIS DO DESEMPREGO NA CIDADE DE FRANCISCO SÁ – MG

Amanda Karolayne Rodrigues Silva<sup>1</sup>

Luana Barbosa Durães<sup>2</sup>

Rahyan de Carvalho Alves<sup>3</sup>

### Resumo

O presente trabalho teve como objetivo geral discutir a questão do desemprego na cidade de Francisco Sá, no Estado de Minas Gerais (MG), visou traçar um perfil dos desempregados, considerando características, como: sexo, idade, etnia, escolaridade, renda, tempo de desemprego, motivos da demissão e estratégia para solucionar essa situação, sendo uma pesquisa de natureza qualitativa e quanti-descritiva. A abordagem metodológica constitui em levantamento bibliográfico, uso de técnicas de amostragem obtidas por meio das fontes de órgãos públicos do município e aplicação de questionário para moradores da cidade. Os resultados apontam que há uma inexistência de políticas públicas municipais para instalação de empresas que venha gerar emprego e renda, bem como investimentos municipais na área da agropecuária. O que conduz para a conclusão que a falta de investimentos para gerar renda e produção ocasiona a ausência de oportunidades de emprego para a população e leva os moradores ao desalento social, emocional e no pessimismo na projeção de futuro.

**Palavras-chave:** Desemprego; Trabalho; Cidades pequenas; Francisco Sá.

### PROFILE OF UNEMPLOYED WORKERS AND THE SOCIAL IMPACTS OF UNEMPLOYMENT IN THE CITY OF FRANCISCO SÁ – MG

#### Abstract

The general objective of this work was to discuss the issue of unemployment in the city of Francisco Sá, in the state of Minas Gerais (MG), and to draw a profile of the unemployed, considering characteristics such as gender, age, ethnicity, education, income, time of unemployment, reasons for dismissal and strategy to solve this situation, being a qualitative and quanti-descriptive research. The methodological approach consists of a bibliographic survey, the use of sampling techniques obtained through the sources of public agencies of the municipality, and the application of a questionnaire to residents of the city. The results indicate that there is an absence of municipal public policies for the installation of companies that generate employment and income, as well as municipal investments in the area of agriculture and cattle-raising. This leads to the conclusion that the lack of investments to generate income and production causes the absence of employment opportunities for the population and leads the residents to social and emotional discouragement, and pessimism in the projection of the future.

**Keywords:** Unemployment; Labor; Small towns; Francisco Sá.

<sup>1</sup> Graduada em Geografia, Professora da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, Francisco Sá, Minas Gerais e Brasil. E-mail: [amanda.rs378@gmail.com](mailto:amanda.rs378@gmail.com). <https://orcid.org/0000-0001-5786-1176>

<sup>2</sup> Engenheira Agrícola e Pedagoga, Servidora da Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais e Brasil. E-mail: [luana.duraes@unimontes.br](mailto:luana.duraes@unimontes.br). <https://orcid.org/0009-0001-8097-0001>

<sup>3</sup> Doutor em Geografia, Professor da Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais e Brasil. E-mail: [rahyan.alves@unimontes.br](mailto:rahyan.alves@unimontes.br). <https://orcid.org/0000-0001-7225-5959>

## PERFIL DE LOS TRABAJADORES DESEMPLEADOS E IMPACTOS SOCIALES DEL DESEMPLEO EN LA CIUDAD DE FRANCISCO SÁ – MG

### Resumen

El objetivo general de este estudio fue discutir la cuestión del desempleo en la ciudad de Francisco Sá, en el estado de Minas Gerais (MG). Se pretendió trazar un perfil de los desempleados, considerando características como: género, edad, etnia, educación, ingresos, tiempo de desempleo, motivos de despido y estrategia para resolver esta situación. El enfoque metodológico consiste en una encuesta bibliográfica, el uso de técnicas de muestreo obtenidas a través de las fuentes de los organismos públicos del municipio y la aplicación de un cuestionario a los residentes de la ciudad. Los resultados indican que faltan políticas públicas municipales para la instalación de empresas que generen empleo e ingresos, así como inversiones municipales en el área de la agricultura y la ganadería. Esto lleva a la conclusión de que la falta de inversiones para generar ingresos y producción provoca la ausencia de oportunidades de empleo para la población y lleva a los residentes al desánimo social y emocional y al pesimismo en la proyección del futuro.

**Palabras clave:** Desempleo; Trabajo; Pequeñas ciudades; Francisco Sá.

### Introdução

O desemprego foi conceituado de diferentes maneiras e sentidos, longe de ser um fenômeno determinado, sua definição varia de acordo com a metodologia adotada por cada país, região, principalmente, com o pensamento econômico hegemônico (Oshiro; Marques, 2016).

Ainda a respeito do conceito de desemprego, se ressalta que há várias definições, assim como diversas explicações sobre as causas para a ocorrência desse fenômeno, o que faz com que ele receba classificações diferenciadas. Conforme, Santos e Coutinho (2019) o desemprego é visto como um problema social e político que começou a ser estudado no século XX. Entretanto, a problemática do desemprego já existia há muitos anos decorrente do capitalismo. Os autores citados salientaram que, o termo desempregado é uma definição dada para as pessoas que não estão desenvolvendo nenhuma atividade fixa e remunerada atualmente.

Martins (2006, p. 29), por sua vez, entendeu que “[...] é possível conceituar desemprego como sendo o resultado da falta de capacidade do sistema econômico em promover ocupação produtiva para todos aqueles que a buscam”. Desse modo, o termo desemprego descreve-se como a medida da parcela da força de trabalho disponível que se encontra sem emprego.

Santos e Coutinho (2019) ressaltaram que, é importante para qualquer ser humano ter um emprego, pois se sente valorizado. Ao estar na condição de uma relação empregatícia estável para as pessoas é condição básica para o equilíbrio: emocional, social e econômico.

Por isso, se compreende que a condição contrária desencadeia diferentes problemas para o indivíduo.

Ao ter em vista todas essas questões, manifesta-se o interesse em avaliar a relação de desemprego no âmbito da Geografia Econômica. Nesse sentido, o foco central para o desenvolvimento desta pesquisa consistiu em investigar o desemprego a partir da cidade de Francisco Sá, no Estado de Minas Gerais (MG), com a finalidade de compreender os efeitos sobre aqueles que vivenciam essa situação.

No intuito de atender esses propósitos, o presente trabalho teve como objetivo geral: discutir a questão do desemprego na cidade de Francisco Sá (MG), visando traçar um perfil dos desempregados, considerando características como: sexo, idade, etnia, escolaridade, renda, tempo de desemprego, motivos da demissão e estratégia para solucionar essa situação.

Esse artigo foi desenvolvido com base em abordagens qualitativa e quantitativa-descritiva, através de estudos descritivos da população ao utilizar-se de técnicas de amostragem com o objetivo de colher dados sobre a população desempregada da cidade de Francisco Sá.

Para tanto, a metodologia constitui-se de levantamento bibliográfico a respeito dos principais conceitos relacionados ao tema, sendo eles: *i*) desemprego no Brasil, *ii*) transformações no mercado de trabalho e, *iii*) efeitos do desemprego.

A caracterização do surgimento e a evolução da cidade de Francisco Sá (MG) e dos quatro bairros recortados para a pesquisa foram realizadas durante o trabalho de campo, sendo estes: Centro, Vila Vieira, Alfredo Dias e Parque Jardim. O levantamento de dados para a realização deste estudo fez-se através de um questionário *on-line* aplicado aos moradores dos bairros citados. Foram questionários em formato eletrônico, entregues via rede social para acesso através de *link*, gerado por meio de uma ferramenta oferecida pelo *Google*: o *Google Forms*. Os dados foram coletados no mês de março de 2021, durante o período de isolamento social em decorrência da pandemia causada pelo vírus COVID-19<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> No início do ano de 2020, observamos o mundo inteiro tendo grandes dificuldades em virtude da crise sanitária causada pelo COVID-19, uma doença respiratória que inicialmente surgiu em dezembro de 2019, na China. Em meio ao seu alto risco de contágio e a rápida proliferação do vírus, a nível mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara em 11 de março de 2020 estado de pandemia, por esse motivo são recomendadas medidas restritivas, tal como o isolamento social buscando minimizar a circulação e aglomeração de pessoas, com a finalidade de evitar mais contaminações e, numa situação-limite, evitar óbitos (Camacho *et al.*, 2020; OMS, 2020).

(SARS-CoV-2). A partir do *Google Forms* criou-se a montagem dos gráficos com os resultados da pesquisa e promoveu-se a discussão destes dados.

O artigo está organizado em três tópicos: no primeiro, realizou-se uma fundamentação teórica sobre a questão do desemprego no Brasil e suas diferentes manifestações. No segundo, apresentar-se-á as principais características do município de Francisco Sá, ao focar os aspectos: históricos, econômicos e sociais. No terceiro, são expostos os resultados da pesquisa. Neste tópico foi elaborado o perfil dos desempregados sob suas principais características.

### **Enfrentamentos do desemprego no Brasil: causas e consequências**

O trabalho passou a ser uma atividade social, necessária ao progresso material e moral da humanidade, haja vista a suma importância para uma melhor qualidade de vida para atender as necessidades econômicas da população, além do desenvolvimento da cidade e região. A partir desse ponto é preciso mencionar que o trabalho consiste em ser compreendido como um conjunto de atividades exercidas para alcançar um determinado objetivo e é remunerado ou não. No que tange ao emprego, Singer (1999) apontou que este é uma atividade que se realiza com o intuito de obter uma renda, no qual decorre da relação contratual entre empregado e empregador em que um disponibiliza a sua capacidade de produzir e o outro a compra, implicando em assalariamento.

Matos (2016, p. 20) afirmou que: “[...] o emprego, mais recente na história da humanidade surge em um período de revolução industrial, onde homens vendem a sua força de trabalho em troca de uma remuneração”. Em função disso, a produção gerada essencialmente é produzida pelos trabalhadores que vendem sua força de trabalho para sobreviverem.

Nesse sentido, a força de trabalho apresenta-se como mercadoria no mercado, à medida que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, ou seja, pela pessoa da qual vende a força de trabalho. Diante o mercado de trabalho, vê-se que os donos dos meios de produção pelo qual se caracteriza por ser o detentor de dinheiro e o trabalhador o que fornece a mão de obra encontram-se e constituem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadoria, no qual contém uma única diferença um é o comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente com importâncias iguais (Marx, 2013).

Assim, se destaca a importância de se ter um trabalho, ao torna-lo um fator determinante para a manutenção da vida do homem, visto que essa ocupação compreende toda atividade responsável em garantir seu sustento e satisfazer suas necessidades. Contudo, muitas pessoas que compõem a força de trabalho encontram-se na situação de ociosidade involuntária, porque estão desempregados, pois não realizam nenhuma atividade fixa e remunerada.

Para buscar entender as diferentes visões sobre o desemprego presente no Brasil, busca-se em um primeiro momento sistematizar as causas a ele atribuídas em decorrência dos fatores seguintes: o crescimento do exército industrial de reserva, a falta de qualificação de mão de obra e o trabalho informal.

O mecanismo que forma o exército industrial de reserva é responsável ao aumento de produtividade mesmo com menos trabalhadores. Desse modo, cada vez que se precisa mais de trabalhadores para aumentar a produtividade do trabalho desenvolve-se melhores máquinas e equipamentos que faz com que menos trabalhadores sejam necessários para aumentar tal produtividade. Aumenta na composição do capital constante e diminui a participação do capital variável. Esse capital variável que é a força de trabalho retorna para o mercado de trabalho, uma vez que, o exército industrial de reserva libera constantemente parte dos trabalhadores. Portanto, toda forma de movimento da indústria moderna deriva da transformação constante de uma parcela da população trabalhadora em mão de obra desempregada (Marx, 2013).

Ainda nessa finalidade, merece grande destaque o fato que atualmente se vive a era da *internet*, no qual é possível ter acesso rápido a tudo o que acontece no mundo. Essa ferramenta proporcionou o avanço tecnológico, em que as empresas vão ter indústrias espalhadas pelo mundo todo e logo, tem conhecimento de novos lugares que se consome um determinado produto. De fato, para promover uma revolução nos moldes da produção industrial é inegável a importância do avanço do capitalismo em nível global, da descoberta de máquinas que não dependiam mais exclusivamente da força humana ou de uma energia sobre a qual não se tinha controle e que permitisse uma produção em série.

Singer (1999) destacou que esse processo de industrialização foi tão transformador que houve um acentuado aumento da produtividade de bens produzidos. As revoluções industriais geraram inúmeros novos produtos de consumo, que contribuiu para o enriquecimento da vida humana. Contudo, acarretou, conseqüentemente, em desemprego

tecnológico, os prejuízos foram inúmeros em razão de muitos trabalhadores perderem suas qualificações, na medida em que aparelhos e máquinas permitiram obter resultados produtivos, em larga escala e com custos menores.

Baseando-se nisso, o desemprego é analisado como uma consequência da produção capitalista tem-se, portanto, que o avanço tecnológico consiste em ser um elemento que substitui a mão de obra humana. Ficou evidente que as mudanças tecnológicas não podem aumentar o número total de pessoas sem emprego, mas contribui para prejudicar os que necessitam vender sua capacidade de produzir no mercado de trabalho.

Dentre as principais razões para o crescimento do desemprego no país, outro ponto considerado responsável por esse fator refere-se à escolaridade<sup>5</sup>. No mercado de trabalho cada vez mais “[...] é exigido do trabalhador uma formação ou especialização na área de atuação, e esse é mais um dos muitos motivos pelo qual muita gente acaba não conseguindo um emprego” (Santos; Coutinho, 2019, p. 18-19).

Sendo assim, em um mercado de trabalho altamente competitivo, o nível de qualificação torna-se um condicionante para a empregabilidade. E, desse modo, se destaca nesse primeiro momento a definição do que se compreende por qualidade.

De acordo com Ramos e Valverde (2012, p.10):

Por qualidade podemos entender uma série de atributos e singularidades que definem as competências (conhecimentos habilidades, capacidade cognitiva, aspectos comportamentais etc.) para desempenhar satisfatoriamente uma dada função e desenvolver tarefas requeridas em um determinado posto de trabalho.

Nessa conjuntura, conforme os autores torna-se evidente a importância de se ter qualificações para atender as exigências do mercado de trabalho, onde suas aptidões e atributos estão relacionados ao grau de escolarização. Quanto mais anos de estudo tem o

---

<sup>5</sup> Os dados obtidos pela PNAD (2012) comprovam uma situação existente na realidade brasileira que são os baixos níveis de escolaridade da população. Nota-se que o Brasil, em 2012, possuía cerca de 26,14% subeducados, ou seja, com uma escolaridade inferior ao que é exigido pela sua ocupação. Em relação aos sobreeducados, cuja escolaridade é maior que a requerida na ocupação apresentou uma taxa de 34,26%. Outro ponto observado é que 39,6% destes indivíduos estão adequados com relação à escolaridade requerida na ocupação exercida. Entre os setores da economia, o setor terciário mostrou melhores resultados aos apresentados pelos demais setores na situação de adequado e sobreeducado. A subeducação é menor no setor primário, pois apenas 13% dos indivíduos tem uma escolaridade inferior do que é exigido na ocupação. Já o setor secundário, com uma taxa de 32%, é o que apresenta a maior subeducação entre os setores da economia. (PNAD, 2012).

cidadão, maiores seriam os ganhos em termos de competências além do aumento da produtividade. Desse modo, quando se tem uma distância entre a escolaridade explica consequentemente a falta de mão de obra qualificada.

Ramos e Valverde (2012) retratam que, conforme as exigências que o mercado de trabalho, vem cada vez mais buscando, é-se considerado a importância do ensino fundamental e médio para assegurar a formação de cidadãos aptos a participar democraticamente no mundo do trabalho. A respeito da tendência do crescimento dos níveis de educação vê-se que diversos fatores contribuíram para que o Brasil venha a apresentar ganhos em termos de escolaridade. Entre esses elementos destaca-se as políticas públicas na área de educação que tenderam ampliar o público escolar (toda criança na escola, SISU, PROUNI, etc.), e os programas de transferência de renda (Bolsa-Escola, posteriormente, denominada de Bolsa-Família, por exemplo).

Segundo Rossi e Oliveira (s/d), o perfil da educação brasileira demonstrou significativas mudanças nas duas últimas décadas. Sucedeu uma considerável diminuição das taxas de analfabetismo, um aumento em meio ao número de matrículas em todos os níveis de ensino e um crescimento nas taxas de escolaridade média da população. Entretanto, o cenário educacional do país é insatisfatório e há limitações no que se refere ao nível técnico e profissional do ponto de vista em qualidade e quantidade apropriada a economia moderna.

Schwartzman e Castro (2013) consideraram que os fatores da má qualidade da educação brasileira e suas limitações perante o ensino técnico colaboraram para a taxa de desemprego, fazendo com que possa justificar na sociedade a dificuldade do setor produtivo em conseguir no mercado de trabalho pessoas com as qualificações que são muitas vezes necessárias.

Assim, as pessoas mais educadas conseguem melhores rendas e melhores empregos no mercado de trabalho. Por conseguinte, quando o sistema educacional não acompanha as aptidões, a economia encaminha-se na condição de adaptar a essa situação, acaba desenvolvendo atividades fundamentadas em trabalho de baixa qualificação e não gerando demanda para pessoas que são mais capacitadas. As informações indicam a urgência das tarefas e o esforço era preciso para superar a médio prazo o quadro existente (Schwartzman; Castro, 2013).

Todos esses fatores influenciam na grande decorrência do desemprego e seus efeitos negativos. Assim, como se destaca o trabalho informal tomado como uma consequência. O



mercado de trabalho consiste na relação entre ofertas de emprego e a existência daquele que busca trabalho. Nesse contexto, o mercado econômico diferencia-se entre o trabalho formal e o trabalho informal. O significado de informal decorre, sobretudo, do conceito de formalidade que se classifica em cada país (Noronha, 2003).

Faz-se então necessário uma análise voltada ao trabalho formal e sua importância para promover a igualdade de oportunidades e tratamento adequado aos trabalhadores. É um tipo de trabalho com benefícios e carteira profissional assinada. Consiste em trabalho fornecido por uma empresa, com todos os direitos trabalhistas garantidos. Esse trabalhador por sua vez contribui com o imposto de renda.

Conforme Noronha (2003), as noções de informalidade e formalidade referidas ao trabalhador associadas as noções de cidadania e de direito social foram aos poucos sendo construídas no Brasil. A legislação do trabalho ocorreu de maneira especificada com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, as regras mínimas de relação de trabalho: salário mínimo, férias anuais, jornada de trabalho e vários outros direitos foram determinados por lei. Os trabalhadores que obtiveram esses direitos garantidos foram considerados trabalhadores formais.

Os servidores públicos foram os primeiros beneficiários dos contratos de trabalho formais sendo posteriormente incorporados outros trabalhadores urbanos e na década de 1960 os trabalhadores rurais. A invenção da carteira de trabalho passou a exercer um comprovante para a garantia de crédito ao consumidor, comprovação de que o trabalhador estava empregado em “boas empresas”. Junto com isso um compromisso moral do empregador de seguir a legislação do trabalho. Desse modo, ter trabalho formal, no Brasil, passou a ser sinônimo de ter carteira assinada (Noronha, 2003).

Com base ao mercado de trabalho formal a atividade que corresponde ao emprego decente é definida por um trabalho produtivo, devidamente remunerado, que garante segurança, assegura os direitos fundamentais no trabalho, exercido com condições de liberdade e que possa garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho. Desse modo, atende as necessidades pessoas e familiares tais como: alimentação, saúde, segurança e educação. O trabalho formal por sua vez regulamentado por lei que assegura aos trabalhadores os seus direitos fundamentais que são respeitados durante o tempo de prestação de serviço (Leone, 2010).



Em contrapartida, temos uma grande parte da população brasileira exercendo o trabalho informal. Compreende-se então, o processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro que conta na verdade com a perversa flexibilidade, informalidade e precariedade dos postos de trabalho (Leone, 2010). Dessa forma, divide a ocupação de trabalho de maneira desigual no mesmo momento em que uma parte trabalha mais por uma melhor remuneração, a outra parte de trabalhadores fica sem emprego. Conseqüentemente, isso é observado quanto ao número de pessoas por não ter emprego formal acabam em ter como escolha tentar ganhar a vida nas ruas como prestador ambulante de serviços/vendedor (Singer, 1999).

Conforme Leone (2010), em se tratando de termos conceituais a noção de trabalho informal, se entende, em geral, a uma diversidade considerável de trabalhadores sem estabilidades e garantias sociais que passam por desvantagens e problemas em comparação aos trabalhadores que possuem emprego formal, esses por sua vez, portanto, são privados de condições básicas ou mínimas de trabalho e proteção social. Nesse âmbito, a autora ressaltou que as atividades informais se configuram como condições de trabalho que não garantem segurança e saúde. E, são caracterizadas por apresentar rendimentos baixos e irregulares, longas jornadas de trabalho, falta de acesso à informação, aos mercados e à tecnologia.

Assim sendo, é possível observar que, o trabalho exercido na informalidade não possui vínculo imprecativo registrados na carteira de trabalho ou documentação equivalente, sendo geralmente desprovido de benefícios com remuneração fixa e férias pagas. Percebe-se que, o trabalhador informal não tem garantido os mesmos direitos que um trabalhador formal. Além disso, quase sempre a população mais pobre é que vai desempenhar essa função social do trabalho informal, no qual são retratos da desorganização ou de um recesso econômico que há naquele período de *labor*.

Uma vez que, os trabalhadores não conseguem uma vaga de trabalho no mercado formal eles vão buscar uma forma de sobrevivência no mercado informal. É comum que no mercado de trabalho informal o trabalhador desempenha funções de venda e comercialização. Em meio a necessidade de se sustentar e manter suas despesas os trabalhadores vivem na informalidade em condições difíceis e não tendo assim seus direitos trabalhistas garantidos (Leone, 2010).

Silva e Kassouf (2000) explicaram que, no Brasil, as relações de trabalho são predominantemente, informais no setor primário e terciário da economia. Essa maior concentração é nítida, uma vez que, três quartos dos trabalhadores no setor primário e no

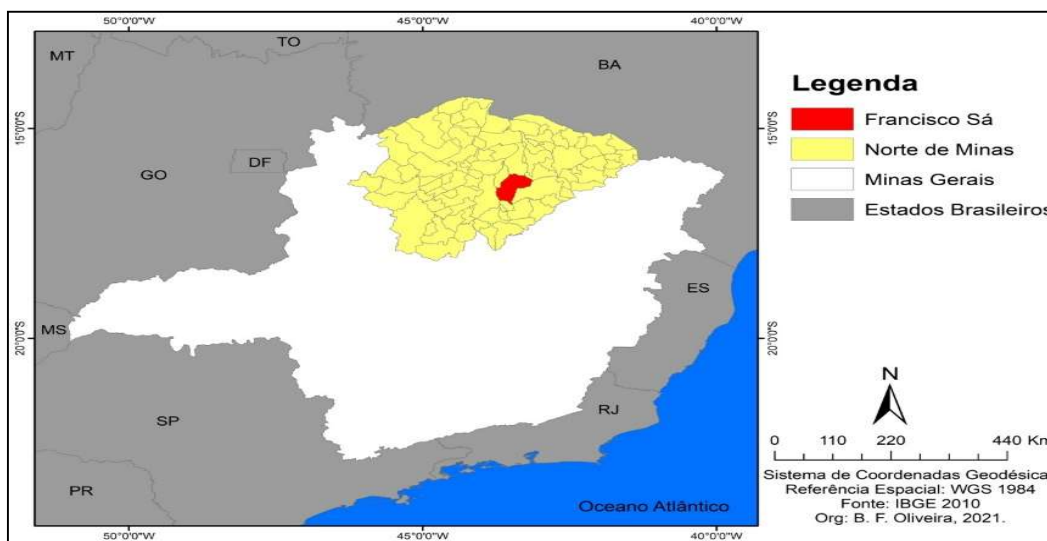
setor terciário quase metade dos trabalhadores são informais. Quanto ao setor secundário, os trabalhadores são predominantemente formais, isso se explica pelo fato de que aproximadamente 60% dos trabalhadores neste setor estão no mercado de trabalho formal e cerca de 35% estão no mercado informal.

Ao final deste tópico, ao tratar dos principais conceitos que embasaram a pesquisa, sendo eles: *i*) desemprego no Brasil, *ii*) transformações no mercado de trabalho e, *iii*) efeitos do desemprego, fica perceptível que o desemprego não é uma questão isolada, que, por sua vez, tem relações com vários outros conceitos ao ser influenciado de alguma forma por cada um deles. No tópico seguinte, tratar-se-á da caracterização do objeto de estudo, onde alguns aspectos serão considerados importantes para esta pesquisa, a saber: aspectos históricos, sociais e econômicos.

### Caracterização do município de Francisco Sá

O município de Francisco Sá está localizado na Mesorregião do Norte de Minas Gerais e na Microrregião de Montes Claros. Sua extensão territorial abrange uma área de 2.747 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) e possui densidade demográfica de 9,07 habitantes por km<sup>2</sup>. Os municípios limítrofes são: Montes Claros, Capitão Enéas, Janaúba, Grão Mogol, Itacambira, Riacho dos Machados e Juramento (IBGE, 2010). Que é observado no Mapa 1.

**Mapa 1 - Localização do município de Francisco Sá (MG)**



Fonte: IBGE, 2010. Organização: OLIVEIRA, B. F., 2021.

No que diz respeito à formação territorial de Francisco Sá, pode-se apontar que sua origem está associada a uma expedição que ocorreu em 1704 organizada por Antônio Gonçalves Figueira, com aproximadamente 20 trabalhadores, inclusive índios. Após alguns dias de viagem chegaram a um lugar próximo da serra do Catuni ou Decamão, no qual edificaram nesse local um cruzeiro; lançando, assim, os fundamentos do futuro município. Aos poucos as pessoas foram se fixando e, em 1768, a primeira capela foi construída, para a qual escolheram São Gonçalo como padroeiro (IBGE, 2017a).

Em relação ao nome, inicialmente, o povoado passou a ser conhecido por Cruz das Almas da Caatinga do Rio Verde. A partir de 1867, essa localidade tornou-se distrito do município de Montes Claros, com a denominação de São Gonçalo do Brejo das Almas. No ano de 1923, foi emancipado como município, no qual substituíram seu nome para Brejo das Almas, desmembrando-se dos municípios de Montes Claros e Grão Mogol. Em 1938, em virtude do Decreto-Lei Estadual número (n.) 148, de 17 de dezembro de 1938, o município de Brejo das Almas passou a denominar-se Francisco Sá (IBGE, 2017a).

Francisco Sá recebeu esse nome com o intuito de homenagear, o então Ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. Francisco Sá, por ter, este nascido na fazenda Santo André em território pertencente ao Brejo das Almas (Carvalho; Pereira; Taucce, 1998).

Conforme, o Censo Demográfico do IBGE (2010), o município em mencionado possuía uma população total de 24.912 habitantes, composta de 14.897 pessoas residentes na área urbana e de 10.015 pessoas na área rural. No ano de 2019, a população de Francisco Sá foi estimada, pelo IBGE, em 26.277 habitantes, apresentando pouca variação no crescimento demográfico. Administrativamente, o município é formado pela sede municipal, a cidade de Francisco Sá e pelos Distritos de: Catuni, Canabrava, São Geraldo e diversas comunidades rurais.

Considerando-se os aspectos socioeconômicos, assim como em outros municípios do Norte de Minas, Francisco Sá possuía indicadores inferiores ao do Estado de Minas Gerais e do Brasil. De acordo com os dados do PNUD; IPEA; FJP (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal<sup>6</sup> (IDHM) de Francisco Sá em 2010 foi de 0,654, sendo considerado médio, dentro da faixa de IDHM (0,600 a 0,699). No *ranking* geral do Estado,

---

<sup>6</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - É um índice calculado pela PNUD, para cada município, que leva em conta questões relacionadas à Longevidade, Educação e Renda e que varia 0 a 1, sendo que: IDHM de 0 a 0,499 é muito baixo; de 0,500 a 0,599 é baixo; de 0,600 a 0,699 é médio; de 0,700 a 0,799 é alto; e por fim, 0,800 a 1 é considerado muito alto (PNUD, 2013).

o município de Francisco Sá ocupa o 523º lugar, no que se refere aos municípios brasileiros, ocupa a 3.030ª posição.

De acordo com os dados publicados pelo IBGE (2017b), o Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2010 foi de R\$ 6.054,91. Teve seu maior aumento no ano de 2016 com o valor de R\$ 14.166,36, contudo, em 2017, houve novamente um declínio com o PIB passando para R\$ 11.452,30. Por meio dessa análise verifica-se que a realidade econômica do município de Francisco Sá encontra-se muito baixa.

A renda per capita, em Francisco Sá, cresceu nos últimos vinte anos, passando de R\$ 154,35, em 1991, para R\$ 199,65, em 2000, e para R\$ 344,32, em 2010. Nesse período a taxa anual de crescimento foi de 4,31%. No entanto, em relação ao Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, ou seja, a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, apresentou um aumento de 0,51, em 1991, para 0,53, em 2010 (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Em relação a alguns dos principais aspectos econômicos do município de Francisco Sá, destaca-se a redução da População Economicamente Ativa (PEA). Conforme, os dados do PNUD; IPEA; FJP (2013), no período de 2000 a 2010, considerando as pessoas de 18 anos ou mais o percentual dessa população que era economicamente ativa e ocupa diminuiu de 63,02%, em 2000, para 59,98%, em 2010. Nesse mesmo período o percentual da população, economicamente, ativa desocupada passou de 11,50% para 7,64% respectivamente.

Francisco Sá possui uma infraestrutura de cidade pequena, sendo que, não atende totalmente aos anseios da população. Dispõe-se de poucos serviços e comércios, a saber: pequenos supermercados, farmácias, bancos, restaurantes, bares, academias, lojas de vestuário, calçados e eletrodomésticos.

Dentre outros estabelecimentos e instituições importantes instalados em Francisco Sá, destacam-se alguns, a saber: Mercado Municipal, Cartório Eleitoral de Francisco Sá, Polícia civil, Polícia Militar, Conselho Tutelar, Corpo de Bombeiros, Ginásio Poliesportivo, Cooperativa de Produtores Rurais de Francisco Sá (COOPERFRASA), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). (França, 2012).

No que se refere ao setor de saúde, o município de Francisco Sá não apresenta serviços médicos especializados e diversificados. A maior parte dos estabelecimentos de saúde está vinculada à rede pública. Há, na cidade Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde e laboratórios de exames clínicos. Nos distritos e nas comunidades rurais existentes há somente Unidades Básicas de Saúde. (Prefeitura Municipal de Francisco Sá, 2021).

Em relação ao setor educacional de ensino infantil, fundamental e médio, a cidade é atendida pelas redes municipal, estadual e privada. O município de Francisco Sá não tem muitas opções de cursos a serem escolhidos pelos estudantes, possui apenas duas Instituições de Ensino Superior (IES), sendo que uma é semipresencial, o Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e uma (IES), em Ensino a Distância (EAD), a Estácio - Campus EAD Francisco Sá. (França, 2012).

Ao analisar os aspectos econômicos do município, foi importante levar em consideração, que no passado ocupou destaque na produção de alho, carne bovina e leite. Em relação à produção de alho, além do consumo local, era comercializado, frequentemente, em escala regional e nacional, sendo que na década 1980, o município tornou-se o maior produtor de alho de Minas Gerais e quarto do Brasil (Xavier, 2015). Desse modo, a cultura do alho, em Francisco Sá, teve impacto social muito significativo, pode-se constatar o potencial dessa atividade como fonte de renda e geradora de emprego, uma vez que, a mão de obra era local.

O declínio na produção do alho ocorreu a partir da década de 1990, em razão das dificuldades de comercialização, inadimplência dos compradores e também falta de incentivo do governo (Xavier, 2015). Os poucos produtores que permaneceram com o plantio no município de Francisco Sá já apresentam evolução, contam com técnicas mais modernas e sistemas de comercialização. Por sua vez, lutam para retomar a produção de alho em grande escala e poder proporcionar mais empregos para a população.

Diante do exposto, se nota que a geração de postos de trabalho para suprir toda a demanda, é problema no município. Há de se considerar que a oferta de trabalho no município de Francisco Sá é restrita, suas atividades econômicas caracterizam-se como na maioria dos municípios pequenos do Brasil, baseiam-se na agropecuária, serviços no comércio e prefeitura. O comércio apresenta-se pouco diversificado sendo formado por comerciantes locais e a Prefeitura é a maior fonte empregadora.

O município não é industrializado, pesquisou-se nas plataformas e em sítios de busca como o IBGE, FJP, dentre outros órgãos, que não tem, infelizmente, indústrias que gerariam empregos e impostos. Assim como, vinculariam aos recursos financeiros para a cidade, além de verbas para garantir e manter as questões sociais.

Francisco Sá possui, atualmente, uma economia voltada para o setor agropecuário, predominantemente, de subsistência com comercialização, em geral, de pequena escala, esse fator tem proporcionado a migração de jovens, uma vez que, muitos não gostam das atividades ligadas ao campo.

Em função da oferta de serviços insuficientes em Francisco Sá, se reduz a expectativa de melhores oportunidades a sua população. Ademais, há a exploração dos trabalhadores com prolongadas horas de trabalho, baixos salários, enfim, devidamente sem seguir as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A desvalorização do trabalhador ocorre, tanto no setor comercial quanto no setor público municipal. Em consonância a isso, se verifica que esses aspectos favorecem a emigração, visto que as pessoas migram em busca de melhorias que não encontram no município que residem.

Com base no que foi apresentado, percebe-se que Francisco Sá, no contexto local, exerce função de uma cidade pequena, funcionando com pouca infraestrutura no qual se encontra com poucos recursos para suprir as demandas necessárias à população. Outra característica do município, com o aparecimento de problemas característicos de cidades pequenas e em relação à dependência a outras cidades no que se refere aos serviços especializados.

Tento em vista as características apresentadas, pode-se enfatizar que o município de Francisco Sá não tem conseguido oferecer, satisfatoriamente, condições dignas de vidas aos seus moradores. Sendo assim, o desemprego, a ineficácia no oferecimento de serviços básicos, como: saúde e educação são características marcantes que se fazem presentes no cotidiano da cidade, sendo esse problema sentido pelos moradores. Nesse caso, a ausência de planejamento e de infraestrutura com fatores determinantes que podem explicar a emigração, especialmente para Montes Claros, geograficamente, próximo e que oferece condições melhores.

## Resultados da pesquisa

A coleta de dados para essa pesquisa foi realizada no mês de março de 2021, momento em que se aplicou o questionário on-line com a utilização da ferramenta *Google Forms* e contou com 15 questões no total, sendo na maioria (13) questões objetivas fechadas e incluídas duas questões abertas. A pesquisa foi realizada via rede social (*WhatsApp*) durante o período de isolamento social devido o COVID-19. Os procedimentos adotados para a realização deste questionário consistem em apresentar os resultados do perfil dos desempregados, com suas principais características, além de promover a caracterização da área de pesquisa, fruto da vivência da pesquisadora na cidade. A pesquisa envolveu um público de 45 pessoas, sendo esses moradores da cidade de Francisco Sá. O formulário foi disponibilizado por meio de um *link* do *Google Forms* no aplicativo do *WhatsApp*, cujo objetivo era avaliar a percepção dessas pessoas em relação à falta de geração de emprego nessa cidade.

Esta pesquisa utilizou-se critérios meramente locais para recorte das áreas deste estudo. Foram analisados os bairros: Centro, Vila Vieira, Alfredo Dias e Parque Jardim, atendendo, aos seguintes critérios: um bairro na região central e de três bairros periféricos.

O Centro, uma das áreas de estudo, representa a principal área de concentração de renda na cidade de Francisco Sá e maior circulação de pessoas. Os outros três bairros foram escolhidos por ser de terrenos com localizações menos privilegiadas, conseqüentemente de menor valor comercial, onde foram construídas residências inferiorizadas e habitadas pela população de baixo poder aquisitivo, caracterizando a periferia da cidade, como, no caso dos bairros: Vila Vieira, Alfredo Dias e Parque Jardim.

Uma das características do Centro é a presença de casarões antigos que sediaram o surgimento da cidade. O Centro, também, exerce uma centralidade, destacando-se pelo grau de importância de seu papel comercial e de prestação de serviços. Dessa forma, o Centro é o local onde se concentram os setores de serviços, tais como: médicos, odontológicos, farmacêuticos, bancários, comerciais, administrativos, entre outros (Figura 1). Outro fator, que foi considerado no que se relaciona ao Centro insere-se como uma oportunidade para o comércio ambulante e fonte de renda para muitos trabalhadores informais.



**Figura 1 - Bairro Centro - Francisco Sá (MG).**



Fonte: Próprios autores, 2021.

O bairro Vila Vieira, foi um dos primeiros loteamentos de bairros criados na cidade, encontra-se bastante próximo do Centro, cerca de 1,2 km. O bairro apresenta um constante problema de alagamentos na estação chuvosa, que mostra que não houve o aparato urbano necessário, com o escoamento superficial comprometido pela topografia e falta ou ausência de um sistema pluvial. Quanto à implantação da infraestrutura dispõe-se de equipamentos urbanos como: água, luz, esgoto, pavimentação, entre outros. O bairro é constituído por comércio abarcando estabelecimentos como mercearias, bares, açougue e lanchonete (Figura 2).

**Figura 2 - Bairro Vila Vieira - Francisco Sá (MG).**



Fonte: Próprios autores, 2021.

Em relação ao bairro Alfredo Dias (Figura 3) foi possível observar loteamentos irregulares com ocupações em áreas de encostas íngremes. A ocupação humana em áreas de riscos é um elemento agravante, por ocorrer deslizamentos. As moradias abrigam uma população de baixo poder aquisitivo, sendo residências mais inferiorizadas. O bairro possui

infraestrutura básica, como: água, luz, esgoto e pavimentação em algumas ruas. Nele há desenvolvimento de atividades ligadas ao comércio de produtos para atender o consumo da população, tais como: mercearias, bares, lanchonete e açougue. É, portanto, um espaço com pouca acessibilidade aos moradores, visto como um típico bairro periférico, onde faltam alguns serviços essenciais para a população.

**Figura 3 - Bairro Alfredo Dias - Francisco Sá (MG).**



Fonte: Próprios autores, 2021.

Esta pesquisa também adotou o bairro Parque Jardim como uma das áreas de estudo, pois representa um bairro com características rurais (Figura 4). Esse bairro possui um distanciamento em relação ao Centro, aproximadamente cinco quilômetros, além disso permanece com aspectos da ruralidade, uma vez que, possui uma produção agropecuária voltada para o sustento da família através do consumo e comercialização em pequena escala.

O bairro Parque Jardim falta serviços essenciais para a população, como: redes de esgoto, pavimentação e serviços públicos, em geral. O bairro dispõe somente de dois meios de serviços comerciais, sendo eles: mercearias e bares. Por ser um bairro mais distante, os moradores precisam-se deslocar diariamente para outros pontos da cidade, principalmente, para o Centro para serem atendidos pelos serviços que o bairro não oferece.

**Figura 4 - Bairro Parque Jardim - Francisco Sá (MG).**



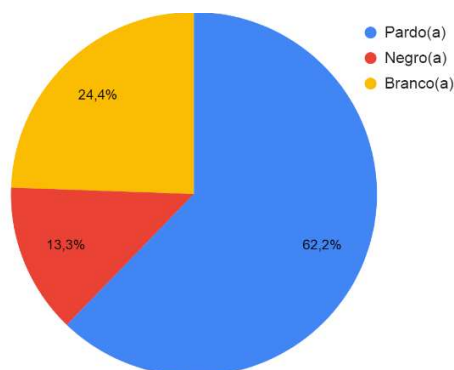
Fonte: Próprios autores, 2021.

Em relação aos dados coletados, como colocado, anteriormente, a pesquisa envolveu um público de 45 pessoas no total e as características destes moradores estão apresentadas na sequência. No que se refere ao sexo dos participantes da pesquisa pode-se inferir que os respondentes são 53,3% do sexo feminino e 46,7% do sexo masculino.

Dos entrevistados percebeu-se que teve participação na pesquisa uma porcentagem de: 53,3% entre a faixa etária de 21-29 anos, 24,4% participantes entre 30-50 anos, 20% entre 18-20 anos e 1,3% abaixo de 18 anos.

A seguir apresenta-se o Gráfico 1, que traz os dados adquiridos sobre raça/cor/etnia dos entrevistados.

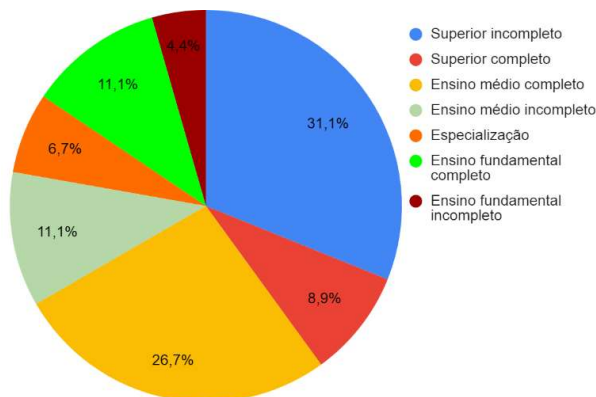
Gráfico 1 - Raça/cor/etnia dos participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa direta, 2021. Organização: Próprios autores.

Desse modo, os dados sobre raça/cor/etnia relatam que 62,2% dos entrevistados se consideram pardos, 24,45% brancos e 13,35% negros (Gráfico 1). Outro dado coletado diz respeito ao grau de escolaridade (Gráfico 2) dos moradores dos bairros citados.

Gráfico 2 - Grau de escolaridade dos participantes da pesquisa

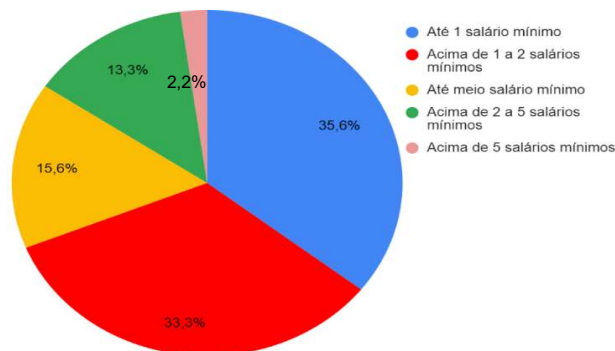


Fonte: Pesquisa direta, 2021. Organização: Próprios autores.

Pelo Gráfico 2 percebe-se que dos 45 sujeitos que responderam à pesquisa observa-se um índice de (4,4%) de moradores que não têm o ensino fundamental completo, destacando-se também aqueles com o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto com (11,1%) para ambos, no qual corresponde a pessoas com baixa escolaridade. Por outro lado, existe um percentual considerável de entrevistados (26,7%) com o ensino médio completo, (8,9%) já concluíram o ensino superior e (31,1%) possuem o superior incompleto. Dessa forma, esses dados constataam que, nesta população, o desemprego atinge as pessoas com níveis diversificados de escolaridade, dificultando o estabelecimento de uma relação entre nível de escolaridade *versus* desemprego.

Os entrevistados foram solicitados a informar qual a sua renda familiar, sendo que os valores declarados foram distribuídos em faixas referentes ao salário mínimo vigente na época R\$ 1.100,00 (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Renda familiar dos participantes da pesquisa

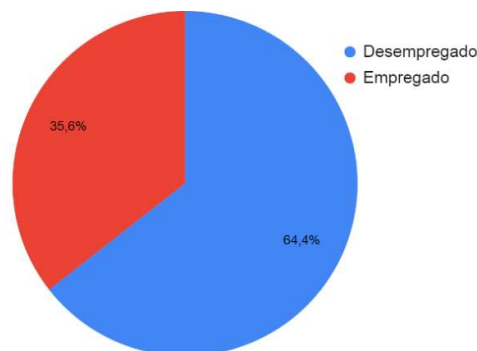


Fonte: Pesquisa direta, 2021. Organização: Próprios autores.

Quanto a renda familiar atual declarada, percebe-se pelo Gráfico 3 que a faixa de renda de 35,6% dos entrevistados situa-se em um valor de até um salário mínimo; 33,3% das pessoas responderam que obtêm com suas famílias uma renda acima de um salário mínimo até dois salários mínimos; 15,6% das pessoas declararam ter uma renda de até meio salário mínimo, 13,3% dos moradores declararam sua renda acima de dois salários mínimos até cinco salários mínimos e 2,2% declaram receber acima de cinco salários mínimos. Desse modo, é possível observar que essas famílias são de baixo poder aquisitivo, pois há um predomínio das faixas de renda mais baixas.

Foi solicitado que os entrevistados da pesquisa indicassem a sua situação atual como empregado ou desempregado (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Entrevistados segundo situação atual de empregado ou desempregado.

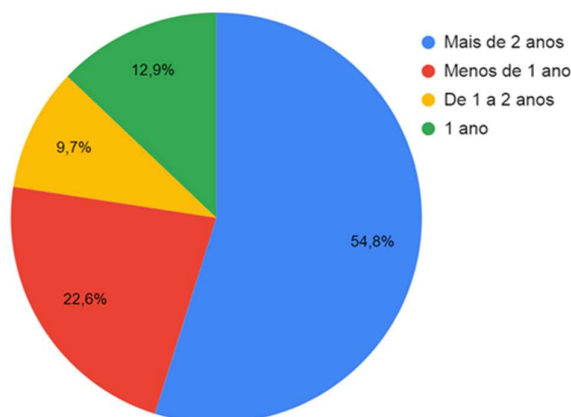


Fonte: Pesquisa direta, 2021. Organização: Próprios autores.

De acordo com os dados acima, 64,4% das pessoas colaboradoras da pesquisa estão desempregadas e isso reafirmou que o desemprego é um problema enfrentado pelos entrevistados. Os outros 35,6% eram pessoas que estavam trabalhando, um número baixo considerando a quantidade total de entrevistados.

A seguir apresenta-se os Gráficos 5 e 6, que se trataram dos que se declararam desempregados, do tempo de desemprego e dos motivos da demissão.

Gráfico 5 - Tempo de desemprego.



Fonte: Pesquisa direta, 2021. Organização: Próprios autores.

Das pessoas que informaram seu tempo de desemprego, as respostas variam de menos de um ano a mais de dois anos. Sendo que 22,6% está desempregado há menos de um ano; 12,9% responderam que estão nessa situação há um ano; 9,7% das pessoas estão de um a dois anos sem emprego e 54,8% das pessoas apresenta um tempo de desemprego de mais de dois anos.

Gráfico 6 - Motivo da demissão



Fonte: Pesquisa direta, 2021. Organização: Próprios autores.

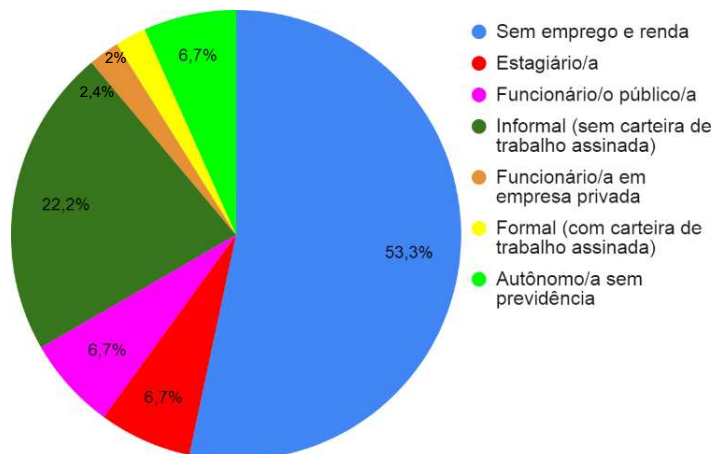
Entre os motivos da demissão relatados pelos entrevistados, os principais foram: fechamento do ambiente de trabalho; contrato temporário; houve uma redução no quadro de funcionários e pediu para sair do emprego, que significa que o trabalhador pediu demissão ou fez um acordo com a empresa. Também se destaca, com o mais frequente 51,9%, as



pessoas que foram demitidas por outros motivos, dentre eles: falta de qualificação profissional, problemas de saúde e problemas de relacionamento com colegas de trabalho.

Os participantes da pesquisa informaram também qual o seu *status* atualmente de emprego e de renda, tal como é possível observar, no Gráfico 7.

Gráfico 7 - *Status* de emprego e renda



Fonte: Pesquisa direta, 2021. Organização: Próprios autores.

De acordo com o Gráfico 7, a maioria dos pesquisados (53,3%) responderam que estão sem emprego e renda, a seguir, aparecem os trabalhadores informais sem carteira de trabalho (22,2%). Além desses há os estagiários, autônomos sem previdência e funcionários públicos com (6,7%) cada, seguido de funcionários (2,4%) que atuam na rede privada (com carteira assinada) e (2%) trabalhadores de carteira assinada por motivo diverso.

Os entrevistados foram questionados sobre qual seria a principal função que trabalha ou já trabalhou na maior parte da vida. O Gráfico 8 destaca as principais atividades exercidas pelos moradores.



Gráfico 8 - Profissão declarada.

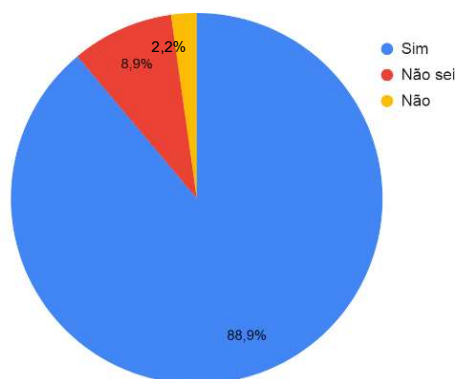


Fonte: Pesquisa direta, 2021. Organização: Próprios autores.

Entre os trabalhadores que declararam sua atividade exercida, aparecem em primeiro lugar (28,9%) aqueles que exercem atividades, como: comerciário, bancário, condutor de transporte/motorista, hotelaria, por exemplos. Em seguida, com 17,8%, estão os trabalhadores do meio rural: agricultura, campo, fazenda e pesca. Também se destacam, com 13,3%, as pessoas que exercem serviços domésticos: cozinheiro(a), jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro(a), acompanhantes de idosos(as), por exemplos. Os funcionários públicos aparecem com 6,7%. Trabalhador do setor informal, sem carteira assinada como pintor, encanador, feirante, ambulante, vendedor(a), catador(a) de lixo, por exemplos apresentam-se com 2,2%. Cabe observar que 13,3% responderam que não realizaram nenhuma atividade fixa, nem remunerada.

Os entrevistados informaram se o Poder Público poderia fazer algo para solucionar a questão do desemprego na cidade de Francisco Sá (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Necessidade de interferência do Poder Público



Fonte: Pesquisa direta, 2021. Organização: Próprios autores.

Conforme, os dados acima (88,9%) dos entrevistados responderam que sim, ou seja, que o poder público poderia atuar de alguma forma para resolver a questão do desemprego na cidade, seguido pela minoria que responderam que não deveria (2,2%), destacando que uma parcela (8,9%) não soube responder essa questão.

Foi solicitado também aos participantes da pesquisa que opinassem quais sugestões eles dariam ao poder público e população atual para proporcionar a geração de emprego e renda, na cidade de Francisco Sá. Os principais agrupamentos das respostas atribuídas ao poder público foram: atração de indústrias, empresas e comércios (60%), capacitação na área de educação técnica (básica e superior) (20%) e investimentos no setor agropecuário (8,9%).

Observa-se ainda que 11,1% não souberam responder ou declararam outras sugestões ao poder público e população atual. Sendo que as respostas obtidas foram: aumento do emprego da população feminina e contratação principalmente por perfil e não por indicação.

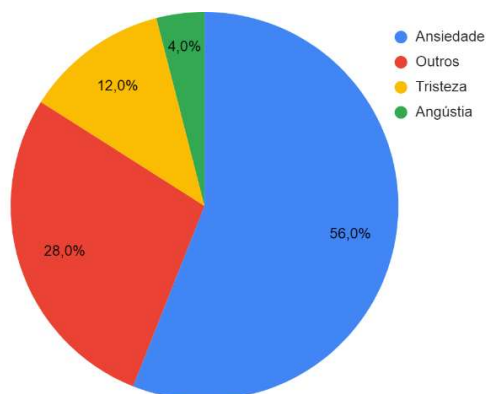
Nesse sentido, confirmou-se então que há uma carência em políticas públicas para a cidade em questão, pois não há uma preocupação em proporcionar melhorias na área da educação, investimentos atrativos para os setores industriais e agropecuários. O que fazia pensar que pela cidade não proporcionar emprego e renda, migrar para outros lugares ainda é uma das principais opções vistas pelos moradores.

Ao serem questionados sobre quais as grandes dificuldades para uma pessoa que se encontra desempregada na cidade Francisco Sá: (49,9%) responderam realizar a manutenção de despesas básicas, (27,9%) disseram conseguir uma nova oportunidade de emprego,

(13,3%) declararam desqualificação profissional nas áreas de empregos oferecidos e (8,9%) não quiseram responder essa questão.

Desse modo, se investiga as percepções dos entrevistados sobre diferentes efeitos do desemprego relacionados a: problemas de saúde e dificuldades comportamentais. Em relação ao primeiro tipo de efeito, problemas de saúde, foi solicitado que os entrevistados informassem, se no período em que estavam desempregados contraíram alguma doença relacionada a esse fator. O gráfico 10 abaixo destaca os problemas de saúde mais frequentes.

Gráfico 10 - Pessoas que desenvolveram problemas de saúde, por estarem desempregados

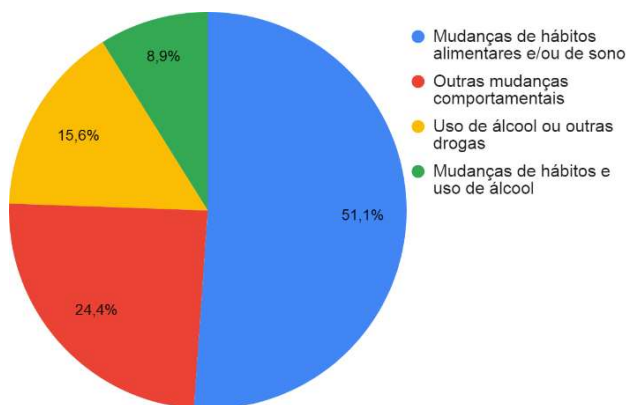


Fonte: Pesquisa direta, 2021. Organização: Próprios autores.

Dos dados analisados no Gráfico (10) acima, verificou-se que das pessoas que responderam essa questão, todas afirmaram que apresentaram problemas de saúde no período em que se encontravam desempregadas, entre eles ansiedade (56%), tristeza (12%), angústia (4%) e outros (28%). Percebe-se, portanto, relações entre esse tipo de problema e a situação de desemprego, demonstrando que o desemprego pode sim, em alguns casos, afetar a saúde mental das pessoas, uma vez que essa é uma situação descontável onde a falta de dinheiro para suprir as necessidades básicas passam a atormentar o indivíduo, provocando lhe uma sensação de inutilidade, incapacidade e baixa autoestima.

O Gráfico 11 abaixo mostra o resultado da questão que investiga, as dificuldades comportamentais decorrentes do desemprego.

Gráfico 11 - Dificuldades comportamentais



Fonte: Pesquisa direta, 2021. Organização: Próprios autores.

Ficou claro, no gráfico 11, que um contingente significativo (100%) percebe que o desemprego ocasiona problemas de comportamento. Entre os quais se destacam as mudanças de hábitos alimentares e/ou de sono (51,1%), uso de álcool ou outras drogas (15,6%), mudanças de hábitos e uso de álcool (8,9%) e outras mudanças comportamentais (24,4%), por exemplos.

### Considerações finais

Esta pesquisa abordou como tema: a questão do desemprego, na cidade de Francisco Sá. A realização deste estudo foi de extrema importância para entender sobre o tema desemprego e os fenômenos de causas e consequências na cidade em questão.

Para realização desse trabalho foi utilizado um questionário *on-line* que serviu para coletar dados da pesquisa de campo e por meio dele, foi possível construir um perfil dos moradores da cidade considerando características como: sexo, idade, etnia, escolaridade, renda, tempo de desemprego e motivos da demissão. Diante disso, a pesquisa apontou para a questão da falta de geração de emprego e renda para a cidade, os efeitos do desemprego e possíveis soluções.

Ao analisarmos a renda familiar, os dados obtidos indicam que existe um contingente significativo de entrevistados com baixa renda, tendo em vista que 35,6% recebem até um salário mínimo e 15,6% com uma renda familiar de até meio salário mínimo.

As principais profissões declaradas pelos entrevistados são compatíveis com os cargos exercidos em pequenas cidades. Observa-se que entre os três tipos de ocupações exercidas mais frequentes são atividades: **comerciais, rurais e domésticas**.

Nesse sentido, percebe-se, nessa pesquisa, que a cidade em questão é uma localidade de pequeno porte, que não oferece muitos recursos para sua população, tanto na questão de emprego e renda como na área de serviços da saúde, e educação, uma vez que alguns moradores de Francisco Sá se desloca para Montes Claros para cuidar da saúde e para estudar, por essa cidade oferecer recursos maiores e melhores opções para essas necessidades.

Em relação ao tempo de desemprego, a maior parte dos entrevistados (54,8%) estão desempregados há mais de dois anos. Desse modo, os dados indicam que, em Francisco Sá, essa problemática para os trabalhadores desempregados possui longa duração, **deixando de ser uma ausência eventual de trabalho assalariado e se constitui de forma quase permanente**.

Infelizmente **64,4% dos participantes da pesquisa estão desempregados, afirmando que o desemprego é um problema que atinge a população da cidade de Francisco Sá provocando uma multiplicidade de consequências e dificuldades**. A maior parte dos entrevistados percebem os problemas econômicos decorrentes do desemprego, o que é um resultado esperado. Por estarem na situação de desemprego, essas pessoas sofrem com os problemas ocasionados por ele, tanto financeiros quanto emocionais, através de doenças, como: **ansiedade, depressão, angústia**.

Enfim, a partir desta pesquisa pode-se perceber que o desemprego é uma questão que está bem presente, no dia a dia da população francisco-saense. Esses moradores expressam suas reivindicações por dias melhores, por uma cidade com melhores condições de vida financeira e principalmente com maiores opções de emprego. Desse modo, eles **almejam por implantação de indústrias/empresas, educação técnica e investimentos no setor agropecuário, que possam gerar uma quantidade considerável de empregos para a população local para melhorar a economia e comércio local**.

## Referências bibliográficas

CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal et al. A tutoria na educação à distância em tempos de COVID-19: orientações relevantes. *In.: Research, Society and Development*, v. 9, n. 5, [n. p.], 2020.

CARVALHO, André, PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha e TAUCCE, Pedro Paulo. **Minas: Enciclopédia dos Municípios Mineiros. Volume I.** Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 1998.

FRANÇA, Iara Soares de. **Aglomeración urbana descontínua de Montes Claros/MG: novas configurações socioespaciais.** 2012. 399 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Uberlândia, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de Francisco Sá 2010.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 maio. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE; 2017a), **Downloads.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/francisco-sa/historico>. Acesso em: 26 de maio. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE; 2017b), **Downloads.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/francisco-sa/panorama>. Acesso em: 28 de maio. 2019.

LEONE, Eugenia Trancoso. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. *In: Escritório da OIT no Brasil*, Brasília, v. 1, n. 3, p. 1-34, 2010.

MARTINS, Graciane Prim. **Desemprego estrutural na era da globalização.** 2006. 54 f. Monografia em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, A. G. DE. S. **Taxa de Desemprego, Emprego Formal e Informal no Brasil: 2002-2014.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

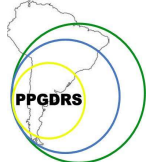
NORONHA, E. G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, oct. 2003.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Coronavirus disease 2019 (COVID-19):** Situation Report. - 51. 2020. Disponível em: [https://www.who.int/docs/default-source/coronavirus/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57\\_10](https://www.who.int/docs/default-source/coronavirus/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57_10). Acesso: 01 de fev. 2021.

OSHIRO, F.; MARQUES, R. M. O conceito de desemprego e sua medição no século XX. *In: Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 293-307, ago./dez. 2016.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro. *In: IBGE.* v. 32, p. 1-34, 2012.

PNUD. Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento; FJP. Fundação João Pinheiro; IPEA. Instituto De Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** PNUD; FJP; IPEA, 2013. PNUD - Programa das Nações Unidas para o



Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2013**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>. Acesso em: 25 de jun. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ. **Dados gerais**. Disponível em: <https://www.franciscosa.mg.gov.br/>. Acesso em: 05 de jan. 2021.

RAMOS, Carlos Alberto; VALVERDE, Rosembergue. **Sobre o Debate da Falta de Mão-de-Obra Qualificada no Brasil**. Brasília-DF, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Positivo%20Notebooks/Documents/TCC/ARTIGOS%20TCC%20FAZER%20REFER%C3%8ANCIA/Sobre%20o%20Debate%20da%20Falta%20de%20M%C3%A3o-de-Obra%20Qualificada%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

ROSSI, Thaine; Oliveira, Edson. **A questão do desemprego no Brasil**. São Paulo, [s.d.]. p. 1005-1010. Disponível em: <file:///C:/Users/familia/Documents/A%20questao%20do%20desemprego%20no%20Brasil.PDF>. Acesso em: 07 jun. 2019.

SANTOS, Alcione Oliveira dos; COUTINHO, Mariana dos Santos. **O desemprego na cidade de Miguel Calmon-BA: causas e consequências**. 2019. 45 f. Monografia em Geografia, Universidade do Estado da Bahia/UNEB, Jacobina/BA, 2019.

SCHAARTZMAN, S; CASTRO, C. de M. **Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra**. In: **Ensino em Foco**, Rio de Janeiro, v. 21, n.80, p. 563-724, jul./set. 2013.

SILVA, Nancy de Deus Vieira; KASSOUF, Ana Lúcia. **Mercados de trabalho formal e informal: Uma análise da discriminação e da segmentação**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 40-71, jul. 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

XAVIER, Maria Alice Rocha. **Deslocamento pendular de Montes Claros para Francisco Sá: estudo de caso dos trabalhadores da Penitenciária de Francisco Sá**. 2015. Monografia em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, Montes Claros/MG, 2015.